



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Gestão Estratégica
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Orçamento, Finanças, Contabilidade e Custos

ATA DE REUNIÃO

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTABILIDADE E CUSTOS - CTOFC

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em **05 de setembro de 2025**, às 09h, no Bloco F, anexo – ala A, Sala 300.

PESSOAS PRESENTES

Membros da CTOFC: **Leonardo David da Silva Luiz** - Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Titular - SSC/MGI); **Thaís Alves Medeiros** – Coordenadora-Geral de Programação e Descentralização Financeira (Suplente - MGI); **Ana Cláudia Nonato da Silva Loureiro** – Coordenadora-Geral de Gestão (Titular - MIR); **Marcos da Costa Avelar** – Coordenador de Orçamento (Titular - MPI); e **Wagner de Souza Melo** – Coordenador de Orçamento (Titular- MMulheres).

Convidados e outros participantes: **Lílian Costa Cardoso** – Coordenadora-Geral de Inovação e Planejamento Orçamentário Substituta (MGI); **Eduardo Nunes Loureiro** – Coordenador-Geral de Transferências; **Henrique Jose Massote de Godoy** – Assessor (MGI).

I. ABERTURA

O Secretário-Executivo do colegiado, Leonardo David da Silva Luiz, abriu a reunião cumprimentando os participantes e dando boas-vindas aos integrantes da Câmara Temática de Orçamento, Finanças, Contabilidade e Custos (CTOFC). Em seguida apresentou a pauta da reunião e o resultado das deliberações da reunião anterior.

II. APRESENTAÇÕES PARA DISCUSSÃO

Item 1: Nível de Execução Orçamentária - Colaboragov:

Iniciando a pauta, foi abordado o nível de execução orçamentária que, em 2025, o processo veio acompanhado da especificidade dos subtetos e limites de execução, o que dificultou a estratégia de realizar empenhos até dezembro, já que, em alguns casos, não há lastro contratual suficiente. Assim, a orientação tem sido respeitar os limites estabelecidos, buscando empenhar os valores até setembro. Na ausência de lastro contratual, recomenda-se iniciar tratativas para utilização de TEDs ou outros instrumentos que viabilizem a execução dos recursos.

O foco principal permanece nas despesas discricionárias RP2, embora alguns Ministérios contem, também, com programações vinculadas a emendas parlamentares. Ressaltado ainda que os bloqueios determinados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) afetam diretamente essas despesas, exigindo a adoção de estratégias de ajuste.

Foi reforçada a importância de antecipar decisões orçamentárias, evitando a concentração de empenhos

próximo a data limite. A experiência de 2023 demonstrou que o sistema pode apresentar instabilidade, o que resultou na perda de recursos no ano seguinte. Por esse motivo, foi estabelecido como meta atender às demandas ministeriais até 10 de novembro, mitigando riscos de falhas operacionais e assegurando a execução dentro dos prazos.

Destacado que a análise da execução deve ser feita com base nos limites autorizados, e não apenas na dotação orçamentária. Também foi recomendada a solicitação de antecipação de limites, a fim de evitar que uma grande liberação ocorra apenas em dezembro, o que comprometeria uma gestão eficiente.

Item 2: Painel de Crédito Disponível:

No tocante à gestão e monitoramento, foi apresentado o painel de gestão orçamentária, inicialmente concebido para o acompanhamento interno do MGI. O objetivo principal é consolidar informações sobre os saldos disponíveis por Unidade Gestora (UG), permitindo identificar recursos não empenhados e sua distribuição, inclusive aqueles descentralizados via TED. Esse acompanhamento possibilita identificar eventuais créditos parados, facilitando o diagnóstico de dificuldades e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos.

O painel reúne, de forma estruturada, dados relativos a destaques recebidos e concedidos, provisões, créditos disponíveis e valores já empenhados. A ferramenta permite consultas detalhadas, alcançando níveis como elementos de despesa e documentos específicos. Além disso, sua parametrização possibilita análises por ação orçamentária, UG, UGR ou UG executora, o que garante flexibilidade na extração de informações conforme a necessidade da visualização.

Um diferencial ressaltado foi a integração de perspectivas, tanto dos recursos enviados quanto dos recebidos. Assim, em uma mesma tela, é possível visualizar a totalidade das movimentações orçamentárias e financeiras, permitindo avaliar, simultaneamente, os valores relacionados ao envio de créditos e à execução dos recursos descentralizados ao MGI.

O painel também contempla a visão dos órgãos externos, de modo a ampliar a transparência sobre tudo o que ingressa e sai da estrutura do Ministério. Essa funcionalidade reforça a capacidade de monitoramento e a atuação direcionada junto às áreas responsáveis, garantindo maior efetividade na execução orçamentária. As informações são atualizadas diariamente, já refletindo os limites estabelecidos até setembro.

Item 3: Prestação de Contas do Rateio de Despesas:

Durante a reunião, foi informado que, no ano anterior, as planilhas foram encaminhadas aproximadamente em novembro, após a realização de ajustes. Destacou-se que o processo é um pouco difícil e, por essa razão, a equipe está buscando antecipar os movimentos para 2025 e estruturar melhor as informações. Nesse contexto, a equipe da Coordenação-Geral de Transferências elaborou o painel para acompanhamento dos recursos.

Os painéis foram elaborados com classificações por objetos, ao contrário do convencional de classificação por número de contrato, visando um padrão mais lógico e prático e evitando percalços como aditivação ou encerramento de contratos, evitando distorções dos valores exatos. Também foram separados em dois subgrupos: Administração e logística; e Tecnologia da informação. Ainda, é possível visualizar diversas informações, como as previsões, os valores executados e os valores descentralizados, que englobam o valor total e o valor fixo.

Foi informado que haverá atualização diária dos dados, de modo a reduzir o esforço com o envio periódico de planilhas. Cada órgão terá acesso a um link específico, contendo apenas suas próprias informações, sem compartilhamento de dados entre órgãos. Foi solicitado que as unidades consultem as informações, apresentem críticas e tragam feedback, a fim de construir conjuntamente o aprimoramento da ferramenta.

Por fim, foi ressaltada a intenção de padronizar esse tipo de informação e integrá-la ao

SplitGov. Nesse sentido, o retorno das unidades torna-se essencial para identificar quais dados são necessários e qual formato se apresenta mais objetivo, permitindo replicar a solução em etapas futuras.

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Durante esta parte da reunião, o objetivo foi esclarecer as dúvidas pertinentes.

Por parte do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) foi relatada novamente uma recorrência na descentralização de recursos, baseada em estimativas de contratos sob demanda, sem o devido empenho. A cada nova solicitação, há novo pedido de descentralização, o que tem gerado retrabalho.

Diante disso, foi proposta a realização de reuniões distintas, provocadas pelo MPI e, também pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade com as devidas áreas responsáveis pelas ocorrências e os Órgãos demandantes do Colaboragov afetados.

Como encaminhamento, foi registrada a proposta de criação de reuniões extraordinárias com caráter transversal, nos modelos das câmaras temáticas, com a participação das unidades envolvidas. Essas reuniões terão como objetivo discutir temas específicos que afetem mais de um Órgão e buscar soluções integradas para a execução orçamentária.

III. INFORMES:

Apresentado por Henrique Godoy, o processo de preenchimento da Avaliação de Conformidade e Performance (ACPG). Após ser concluída internamente, a iniciativa passa a contemplar também o ColaboraGov.

A ACPG é um questionário de autoavaliação composto por 33 perguntas fechadas, das quais 20 relacionadas à Conformidade (adesão a normas e boas práticas) e 13 à Performance (eficiência na execução das atividades).

O instrumento busca mensurar aspectos estruturantes do trabalho das instâncias colegiadas de governança interministeriais, a partir da percepção de seus membros, com foco em duas áreas principais:

Conformidade: verificação do cumprimento de normas e regras;

Performance: avaliação da capacidade de planejar, executar e entregar resultados.

As questões são distribuídas em cinco blocos temáticos: conformação do colegiado, ritos instituídos, coordenação executiva, comunicação e contribuição para a geração de resultados.

O objetivo é mensurar aspectos estruturantes das instâncias colegiadas de governança interministeriais, a partir da percepção de seus membros, avaliando o cumprimento de normas, a capacidade de planejamento e execução, além do impacto e engajamento obtidos.

As respostas seguem escala de 5 pontos do tipo Likert (escala que mede o grau de concordância ou percepção dos participantes) e têm como finalidade apoiar a aprendizagem institucional, a adequação de normas e ritos, bem como o acompanhamento de ações e a identificação de oportunidades de melhoria.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leonardo David da Silva Luiz, Secretário-Executivo do colegiado, destacou que haverá outro encontro da CTOFC. A provável data já foi encaminhada para a reserva de agenda. Contudo, o MGI coloca-se à disposição para quaisquer problemas recorrentes ou específicos, oferecendo a melhor orientação e suporte possível.

Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 10h e lavrada a presente ata por Dimateus Mariano Nunes da equipe da Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade da CTOFC que, depois de aprovada, será assinada eletronicamente por **Leonardo David da Silva Luiz** e disponibilizada no portal do MGI.

APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	1	1	3	5
2	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	0	0	0	0
3	Ministério da Igualdade Racial – MIR	1	0	0	1
4	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	1	0	0	1
5	Ministério das Mulheres – MMulheres	1	0	0	1
Total					8

LEONARDO DAVID DA SILVA LUIZ
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COLEGIADO



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo David da Silva Luiz, Secretário(a) Executivo(a)**, em 17/09/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53941731** e o código CRC **FF42EB03**.

Referência: Processo nº 18339.000276/2024-17

SEI nº 53941731